

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

Até à eclosão da Revolução Francesa, em 1789, não se considerava regra nem tradição dos exércitos europeus o recurso à conscrição geral. Os grandes exércitos da Renascença eram, pelo contrário, muitas vezes formados por combatentes “a soldo”, não raro mercenários estrangeiros que combatiam em todas as guerras que iam aparecendo.

Em França, por exemplo, quando Luís XIV ordenou a invasão da Holanda, dispunha de 45.000 infantas estrangeiros para 80.000 franceses. E metade dos efectivos de cavalaria, cerca de 20.000 homens, havia sido recrutada fora das fronteiras. A filosofia da época, a este respeito, era esclarecedora:

*“Um soldado estrangeiro, segundo um contemporâneo, vale por três aos olhos do Rei. É um homem a menos para o inimigo, um a mais para as nossas fileiras. É, por último, um francês que podemos deixar à cultura ou à indústria”.*¹

Esses “soldados” integravam exércitos — não muito numerosos, mas altamente treinados — que *serviam* os soberanos que lhes pagavam e não tanto a nação sob cuja bandeira combatiam. Era o tempo em que a guerra se concretizava mais como um embate entre governantes do que entre povos. Os regimes políticos saídos das revoluções liberais logo olham com desconfiança esses mercenários que reputam de perigo para a democracia. Esta ideia, ainda muito viva nos nossos dias, entre os herdeiros do jacobinismo clássico, fez com que os corpos de tropas mercenárias fossem prudentemente desviados para as colónias, onde terão prestado bons serviços à Nação (dos outros).

Quando, em Abril de 1792, a França revolucionária se vê confrontada com a primeira guerra, contra a Áustria, o exército apresenta-se num estado lastimoso. O recrutamento para o exército de linha — tradicionalmente feito por processos de aliciamento, nem sempre muito límpidos — havia sido suprimido pouco depois do início da revolução, por ser considerado um processo infame. Os regimentos sobreviventes são tomados pelo ambiente de agitação geral e deixam de actuar como uma verdadeira força disciplinada. Para um efectivo global de 170.000 homens, 35.000 constituem-se em deserção.

Na onda dos primeiros entusiasmos revolucionários, julga-se possível constituir um novo exército com base no voluntariado. No início de 1793, porém, é já claro que os voluntários são raros e os poucos que se alistam fazem-no para não morrer à fome. O princípio da Liberdade não consegue, por si só, assegurar o recrutamento. Impõe-se, por isso, o recrutamento forçado. Em Fevereiro, a Convenção vota o levantamento de 300.000 soldados, e, em Agosto, decreta o recrutamento geral:

“A partir deste momento... todos os franceses se encontram permanentemente requisitados para o serviço das armas. Os jovens terão que lutar; os homens casados forjarão armas e transportarão provisões; as mulheres farão tendas e roupas e servirão nos hospitais; as crianças transformarão lençóis velhos em ligaduras; os idosos dirigir-se-ão aos lugares públicos para encorajar os soldados...”.

¹ CHARLES DE GAULLE, *La France et son Armée*, p. 55.

Estava, assim, criado o conceito da “**Nação em Armas**”, directamente decorrente da urgência de uma grande **quantidade** de soldados. Em 1793, são chamados às fileiras 1 milhão de jovens. Mas, interrogam-se os responsáveis, que fazer com esta onda poderosa mas desordenada? A solução acaba por ser encontrada no seio das unidades de linha do Antigo Regime. É lá, junto dos soldados profissionais e dos seus experientes comandantes, que os novos recrutas são incorporados e treinados. A fusão de fracções dos antigos corpos de linha com os voluntários e os conscritos permite a constituição de unidades de apreciável coesão e homogeneidade.

No início de 1794, a Revolução possui o instrumento militar de que necessita para a sua sobrevivência e está apta a cobrir as fronteiras com 1 milhão de soldados. Os seus inimigos, embora dispendo de exércitos profissionais, não reúnem mais do que metade desse número.

O espírito que presidiu à organização do exército francês da revolução está bem patente na descrição que De Gaulle faz a esse propósito:

*“É preciso dizer que a vitória faz suportar os infortúnios. Carnot, como antes dele Dumouriez, compreendeu que para a obter era necessário renunciar à guerra das manobras complicadas, das batalhas compassadas, dos cercos e dos destacamentos. Estes procedimentos, que eram bons no tempo em que se pretendia, de forma económica e sem pressa, um resultado limitado, não se podem aplicar à luta apaixonada dos povos. De resto, seriam prejudiciais aos nossos exércitos, inferiores aos do inimigo em instrução e disciplina. A estratégia que se impõe é a das **massas**, impressionante, sem restringir esforços **nem medir as perdas**, golpes arrebatados e arrojados que nos permitam tirar **vantagem do número** e do ímpeto”.*²

Era, de facto, uma época que permitia suprir a menor preparação militar com as vantagens do número. A infantaria combatia, ainda, em formações semelhantes às formaturas de parada e não procurava proteger-se com trincheiras ou arrojando-se ao solo. Quando duas hostes inimigas se aproximavam para combater, a espingarda do infante não podia ser utilizada enquanto a distância entre as duas formações não encurtasse para menos de 300 metros. Nessa altura, era possível aos infantes efectuar o primeiro disparo. Como não havia, ainda, espingardas de repetição, após cada disparo seguia-se o lento processo de recarregamento da arma. Entretanto, a distância entre as duas formações continuava a encurtar. Uma vez efectuado o recarregamento da arma, o infante executava o segundo disparo. E por aí se ficava, porque, entretanto, as duas formações passavam ao corpo-a-corpo, empregando a baioneta das espingardas. Se, na fase de aproximação, as tropas profissionais dispunham da vantagem do melhor treino, quando se consumava o choque ela transitava para o lado dos que estavam em superioridade numérica.

O sistema provou tão bem — com muitas baixas, certamente, mas **isso** não contava — que outras nações não tardaram a seguir o exemplo da França. A própria Prússia de Bismarck e Roon, quando pretende obter a hegemonia na Europa Central, recorre ao mesmo figurino de recrutamento. É claro que, a partir do momento em que se enfrentavam forças de duas “**Nações em Armas**”, os desequilíbrios não se produziam tão facilmente e o resultado era o impasse sangrento. A 1ª Guerra Mundial poderá apontar-se como o melhor exemplo do tipo de guerra que durou proporcionalmente aos efectivos empregues.

² *Ibidem*, p. 105. Sublinhado nosso.

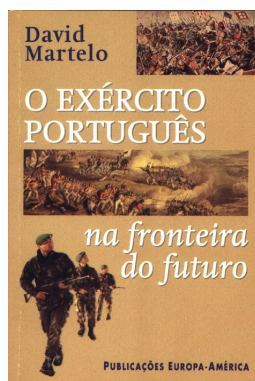
Mas ficou de tal modo associado o sistema de conscrição ao poderio militar, que o próprio Tratado de Versailles impôs à Alemanha imperial, vencida em 1918, a proibição de o exército ser alimentado por um serviço militar obrigatório — proibição essa que Hitler se apressou a cancelar, unilateralmente, em 16 de Março de 1935.

A partir do final da 2ª Guerra Mundial, começa a ser evidente que, na avaliação do potencial de combate dos exércitos, o factor humano perde importância em favor da qualidade e letalidade dos novos sistemas de armas. O desmantelamento da maior parte dos impérios coloniais obriga, igualmente, a reestruturações dos aparelhos militares que, invariavelmente, conduzem a reduções de efectivos. A consequência natural é que a quantidade de cidadãos “aptos” de que os Estados dispõem, anualmente, ultrapassa as necessidades das respectivas Forças Armadas.

O final da “Guerra Fria”, com o consequente desanuviamento entre os dois blocos político-militares, vem reforçar o cenário propício à diminuição das despesas com a defesa. Sendo um sistema concebido para gerar **quantidade**, a conscrição universal entra definitivamente em crise. Os que, hodiernamente, defendem a manutenção do Serviço Militar Obrigatório, fazem-no, já não para solucionar questões de defesa militar, mas por razões de natureza social e política. Daí resulta que o debate sobre o modelo de Forças Armadas — de conscrição ou totalmente voluntárias — se transforma, amiudadas vezes, num verdadeiro diálogo de surdos.

David Martelo

Publicado no JN em 11-10-1996



Leitura complementar